

RELATÓRIO Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Mensagem nº 82, de 2013 (nº 352, de 2013, na origem), da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS para exercer o cargo de Procurador-Geral da República.

RELATOR: Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**

A Excelentíssima Presidenta da República, Senhora DILMA ROUSSEFF, submete à apreciação do Senado Federal, por meio da Mensagem nº 82, de 2013 (nº 352, de 2013, na origem), e nos termos dos arts. 84, inciso XIV, e 128, § 1º, da Constituição Federal, *o nome do Senhor RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS, para exercer o cargo de Procurador-Geral da República, na vaga decorrente do término do segundo mandato do Senhor Roberto Monteiro Gurgel Santos.*

A matéria vem ao Senado Federal porque, nos termos do art. 52, inciso III, alínea e, da Constituição Federal, compete a esta Casa, privativamente, aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha do Procurador-Geral da República.

Consoante o Regimento Interno do Senado Federal – RISF, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (art. 101, inciso II, alínea i) compete realizar a referida arguição pública do indicado, bem como emitir o respectivo parecer, observadas as regras pertinentes ao rito (art. 383).

O currículo do Dr. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS, encaminhado em anexo à Mensagem Presidencial, contempla as informações necessárias ao exame da matéria por esta Comissão.

Sua Excelência graduou-se Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no ano de 1979. Na mesma instituição, Sua Excelência obteve os títulos de Especialista em Direito Comercial, no ano de 1985, e de Mestre em Direito, em 1986.

Estudou ainda na *Scuola Superiore di Studi Universitari e di Perfezionamento S. Anna*, em Pisa, Itália, nos anos de 1987 a 1989, onde concluiu Especialização na área de concentração “Meio Ambiente e Consumidor”.

Ingressou no Ministério Público Federal mediante concurso público, tendo tomado posse no dia 1º de outubro de 1984, no cargo de Procurador da República. Nessa condição, exerceu a função de Procurador-Chefe substituto da Procuradoria da República no Distrito Federal, no período de 1984 a 1987. Tornou-se, ainda, Coordenador do Meio Ambiente e dos Direitos do Consumidor da Procuradoria da República, no ano de 1991, permanecendo até 1994.

Enquanto exercia a supracitada função de Coordenador do Meio Ambiente e dos Direitos do Consumidor, Sua Excelência foi promovido, em 1993, ao cargo de Procurador Regional da República, que exerceu até o ano de 2003.

Em 2003, foi promovido ao cargo de Subprocurador-Geral da República, destacando-se que, neste cargo, atuou perante o Supremo Tribunal Federal.

De 2003 a 2005, exerceu a função de Secretário Geral do Ministério Público Federal.

Em 2006, foi Coordenador-Geral do Centro de Pesquisa e Segurança Institucional do Ministério Público Federal.

De 2006 a 2009, foi Diretor-Geral da Escola Superior do Ministério Público da União.

Sua Excelência foi, ainda, membro do Conselho Superior do Ministério Público Federal, eleito por toda a categoria para os mandatos de 2005 a 2007, 2010 a 2012 e de 2012 a 2014.

Foi também membro da 7ª, 3ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, em diversos períodos.

No âmbito corporativo, foi Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), mandato eletivo que exerceu de maio de 1995 a maio de 1997.

Deve-se assinalar, ainda, que o Dr. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS, antes de ingressar no Ministério Público Federal, atuou profissionalmente como Advogado autônomo, de 1980 a 1984, e como Professor Assistente das disciplinas Teoria Geral do Processo e Títulos de Crédito, ambas na Faculdade de Direito Milton Campos, em Belo Horizonte (MG), de 1981 a 1984.

No período em que já integrava o Ministério Público Federal, Sua Excelência foi ainda Professor Titular de Direito Processual Civil I do Centro Universitário do Distrito Federal – UDF, atividade exercida até o ano de 1995.

Em 1994, atuou no Poder Executivo, ao exercer o cargo de Secretário de Direito Econômico, da estrutura do Ministério da Justiça.

Em seu currículo encaminhado ao Senado Federal constam as seguintes publicações:

- 1) *Le point de vue Du Ministère Public: les particularités Du Ministère Public brésilien*. Petites Affiches, 2006, França; e
- 2) O Caso EMBRAER, *in*: Atualidades Jurídicas. Livraria Del Rey, 1993, Belo Horizonte.

Cabe informar, também, que a Mensagem veio acompanhada de declaração do Dr. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS, em atendimento à Resolução do Senado Federal nº 7, de 2005, em que manifesta:

- a) não ser cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, de membro ou servidor do Senado Federal;

b) ser membro do Ministério Público Federal desde 1º de outubro de 1984, atualmente ocupando o cargo de Subprocurador-Geral da República;

c) não haver sofrido nenhuma sanção de natureza criminal ou administrativo-disciplinar, e que não existem procedimentos dessa natureza contra a sua pessoa;

d) não ser membro do Congresso Nacional, de Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, nem ser cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro desses Poderes.

Sua Excelência apresentou também as declarações de que trata o Ato nº 1, de 2007 – CCJ, a saber:

a) declaração de que a filha, Letícia Ladeira Monteiro de Barros, possui inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), exercendo, portanto, atividade privada vinculada à atividade profissional do indicado;

b) declaração de que não participa, nem participou, como sócio, como proprietário ou como gerente de empresas ou entidades não-governamentais;

c) declaração de que se encontra em situação regular quanto aos tributos federais e aos de competência do Distrito Federal, acompanhada das respectivas certidões negativas;

d) declaração de que foi corréu em ações judiciais em trâmite perante a Décima Segunda Vara Cível da Circunscrição Judiciária de Brasília (DF), relativas à ação anulatória de compra e venda e respectiva consignação em pagamento, tendo ambas sido julgadas improcedentes em primeira e segunda instâncias, com trânsito em julgado, aguardando somente o recolhimento das custas finais pela parte vencida;

e) declaração de que tem atuado, nos últimos cinco anos, como membro do Ministério Público Federal, junto às duas Turmas do Supremo Tribunal Federal;

f) argumentação escrita de que preenche os requisitos de formação, experiência e afinidade intelectual e moral para exercer o cargo para o qual foi indicado.

Por derradeiro, Senhor Presidente, ainda que limitado pelas circunstâncias constitucionais da votação secreta da indicação, não posso deixar de externar um comentário quanto à escolha do Dr. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS para ocupar o cargo de Procurador-Geral da República.

Na honrosa missão de relatar esta indicação, devo salientar que o fato de haver sido o primeiro colocado na votação promovida entre seus pares pela Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), órgão do qual foi o Presidente de 1995 a 1997, resulta numa síntese plena de simbologia sobre a vida profissional e pessoal de Sua Excelência.

Homem de reconhecida qualificação jurídica, o Dr. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS é também admirado pela seriedade e equilíbrio no exercício profissional, sendo ainda muito elogiada sua capacidade de diálogo.

Certamente essas qualidades, reconhecidas pelos Procuradores da República no resultado do pleito a que se submeteu, mostram que Sua Excelência, se aprovada sua indicação pelo Senado Federal, estará à altura dos desafios que o cargo requer.

Com essas informações, julgo que a Comissão possui plenas condições de arguir Sua Excelência e, posteriormente, realizar a votação sobre a indicação para o cargo de Procurador-Geral da República.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator